



MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – CGFNHIS

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CGFNHIS REALIZADA EM 15/05/2025

1 Aos 15 dias do mês de maio de 2025, das 17h às 19h, em caráter híbrido, realizou-  
2 se a 33ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação  
3 de Interesse Social (FNHIS), sob a **Vice-Presidência do Sr. Augusto Henrique**  
4 **Alves Rabelo** (Secretário Nacional de Habitação - SNH), com a participação da  
5 equipe técnica do MCID, conforme a seguir: **Sra. Mirna Quindere Belmino**  
6 **Chaves**, Diretora de Habitação Rural da SNH; **Sr. Paulo César Guedes**,  
7 Coordenador-Geral de Gestão da Secretaria Nacional de Periferias - SNP; **Sra.**  
8 **Fernanda Ludimila Elias Barbosa**, Coordenadora-Geral do ConCidades e  
9 Representações da Secretaria-Executiva (SE); **Sra. Maria Eduarda Freitas de**  
10 **Carvalho**, Coordenadora de Representações Institucionais da SE; **Sr. Matheus**  
11 **Cauê Pereira Delgado**, técnico em secretariado da Coordenação de  
12 Representações Institucionais da SE. Também estava presente o seguinte quórum  
13 deliberativo do Conselho Gestor do FNHIS: **Sra. Flávia Cavalcanti**, representante  
14 suplente do Ministério da Cultura (MinC); **Sra. Débora Correa Faria Lopes**,  
15 representante suplente da Caixa Econômica Federal (CAIXA); **Sr. Paulo André de**  
16 **Araújo**, representante titular do Movimento Nacional de Luta pela Moradia  
17 (MNLM); **Sra. Evaniza Lopes Rodrigues**, representante suplente da União  
18 Nacional por Moradia Popular (UNMP); **Sra. Bartíria Perpetua Lima da Costa**,  
19 representante titular da Confederação Nacional de Associações de Moradores  
20 (CONAM); **Sra. Maria do Carmo Ribeiro dos Santos**, representante suplente da  
21 CONAM; **Sr. Marcelo Braga Edmundo**, representante titular da Central de  
22 Movimentos Populares (CMP); **Sr. Marco Sério Pessoz**, representante titular da  
23 Confederação Nacional do Comércio (CNC); **Sr. Alvaro Cagnoni**, representante  
24 titular da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); **Sra. Iara da**  
25 **Costa Nascimento**, representante suplente da Federação Nacional dos  
26 Urbanitários (FNU); **Sra. Socorro de Paula Barbosa Rodrigues Leite**,  
27 representante titular do Habitat para Humanidade; **Sr. Roberto Bousquet**  
28 **Paschoalino**, representante suplente do Ministério do Desenvolvimento e  
29 Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); **Sr. Josue Jonas Lima**,  
30 representante suplente do Ministério da Fazenda (MF); **Sr. Zarak de Oliveira**  
31 **Ferreira**, representação titular do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO);  
32 **Sr. Luís Francisco Campos**, Representante titular do Ministério da Saúde (MS); **Sr.**  
33 **Orlando Alves dos Santos Junior** representante titular da Associação Nacional  
34 de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).  
35 Contou com a participação dos seguintes convidados: **Sra. Karla França da**  
36 **Confederação Nacional de Municípios (CNM)**; **Sr. Mário Lopes**, representante da  
37 Frente Nacional dos Prefeitos (FNP); **Sra. Melissa Toledo**, representante do  
38 estado do Amazonas; e **Sra. Maiza Guedes**, representante do estado do  
39 Amazonas. A 33ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS destinou-se à  
40 apreciação da seguinte pauta: ITEM 1. Informes da Lei Orçamentária Anual de  
41 2025, (1.1) Balanço das ações orçamentárias sob gestão da SNH, (1.2) Balanço



MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – CGFNHIS

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CGFNHIS REALIZADA EM 15/05/2025

42 das ações orçamentárias sob gestão da SNP. ITEM 2: Itens deliberativos, (2.1) Ata  
43 da 32ª Reunião Ordinária, (2.2) Ata da Reunião Extraordinária, (2.3) Homologação  
44 da Resolução nº 61, de 7 de novembro de 2024, (2.4) Aprovação do Calendário de  
45 Reuniões 2025. ITEM 3: Outros assuntos. A **Sra. Mirna Quindere** informou que o Sr.  
46 Augusto Alves Rabelo, atual Secretário de Habitação e Vice-Presidente do  
47 Conselho Gestor do FNHIS, não estaria presente na abertura da Reunião em  
48 virtude da visita, juntamente ao Ministro de Estado das Cidades, **Sr. Jader**  
49 **Barbalho Filho**, à Favela do Moinho localizada no centro de São Paulo, tendo em  
50 vista os protestos devido à remoção de moradores e demolições de casas. A **Sra.**  
51 **Fernanda Ludmila** convidou o **Sr. Marcelo Braga** a se manifestar sobre a atual  
52 situação da Favela do Moinho, que mencionou a quebra de acordo entre o governo  
53 federal e governo estadual referente a ocupação da área. A **Sra. Evaniza**, em  
54 complemento, indagou que havia uma área de propriedade do governo federal,  
55 cedida ao governo estadual, com um acordo prévio que destinava a realocação  
56 das famílias na mesma região. No entanto, esse acordo foi rompido  
57 unilateralmente pelo governo do Estado, surpreendendo as famílias com ações de  
58 remoção e demolição das casas. A **Sra. Bartíria**, mencionou que a favela do  
59 Moinho é acompanhada há anos por movimentos sociais e organismos  
60 internacionais, sendo inaceitável a maneira como a situação foi tratada  
61 recentemente. Disse que a atual situação precisa de uma atenção especial por  
62 parte do Ministério das Cidades, tendo em vista que existia um acordo e que o  
63 mesmo foi rompido. Foi proposto também que o Grupo de Trabalho de Conflitos  
64 (GTT) do Conselho das Cidades seja instalado com urgência para realizar uma  
65 visita e acompanhamento direto da situação, ressaltando a gravidade do caso. A  
66 **Sra. Fernanda Ludimila** sugeriu um encaminhamento ao Conselho Nacional das  
67 Cidades, para que o caso seja registrado e tratado na próxima reunião. Em  
68 seguida, passou a palavra para a **Sra. Mirna Quindere**. A **Sra. Mirna Quindere**  
69 realizou a apresentação do ITEM 1.1 Balanço das ações orçamentárias sob gestão  
70 da SNH, incluindo o avanço das novas contratações. A **Sra. Maiza Guedes**  
71 questionou sobre os critérios utilizados no processo de desenquadramento de  
72 municípios. Em especial, além dos aspectos técnicos previamente estabelecidos,  
73 foram considerados elementos do ordenamento territorial local, como a  
74 existência de Plano Diretor, a legislação municipal que define os limites entre zona  
75 urbana e zona rural, bem como outros instrumentos normativos que tratam da  
76 organização do território municipal. Em resposta, a **Sra. Mirna Quindere**,  
77 esclareceu que não foram incluídas, no processo de análise, perguntas  
78 específicas sobre a existência de Plano Diretor ou sobre a legislação municipal de  
79 uso e ocupação do solo. Ressaltou, no entanto, que foram realizadas perguntas  
80 relacionadas à localização da área, e se esta se encontra inserida em zona urbana  
81 ou em área contígua definida por legislação. Destacou que muitas das respostas  
82 obtidas são de caráter declaratório e que, em alguns casos, não há meios



**MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID**  
**CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – CGFNHIS**  
**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CGFNHIS REALIZADA EM 15/05/2025**

83 concretos de verificação das informações prestadas. Considerando o perfil dos  
84 municípios analisados, em sua maioria, de pequeno porte e sem obrigatoriedade  
85 legal de possuir Plano Diretor ou legislação urbanística estruturada entendeu-se  
86 que não seria viável adotar tais critérios como referência para o enquadramento. A  
87 **Sra. Karla França**, em atenção a apresentação, mencionou sobre a possibilidade  
88 de sistematização, em termos percentuais, das respostas obtidas durante o  
89 processo de desenquadramento, especialmente aquelas que evidenciaram a  
90 ausência de elementos institucionais básicos por parte dos municípios. A **Sra.**  
91 **Bartíria** apresentou uma preocupação em relação à baixa quantidade de  
92 propostas apresentadas por municípios da região Norte, especialmente nos  
93 estados do Amazonas e do Pará, considerando as graves situações habitacionais  
94 enfrentadas por essas localidades, como áreas sujeitas a alagamentos e  
95 moradias em palafitas. A manifestação destacou que, mesmo diante desse  
96 contexto de alta vulnerabilidade, a adesão foi limitada, o que pode indicar  
97 desafios de natureza institucional e operacional enfrentados por esses  
98 municípios. Observou-se que, embora seja compreensível a dificuldade de  
99 estrutura técnica nas cidades menores, esperava-se maior protagonismo por  
100 parte das capitais, que poderiam não apenas apresentar mais propostas, mas  
101 também apoiar tecnicamente os municípios do interior. Foi apontada, ainda, a  
102 necessidade de revisão e aperfeiçoamento do formulário de adesão, uma vez que  
103 sua estrutura atual pode limitar a possibilidade de argumentação por parte dos  
104 proponentes. Por fim, abordou a importância de se fomentar a articulação entre  
105 estados, municípios e movimentos sociais, tanto para ampliar a mobilização  
106 quanto para apoiar tecnicamente os entes com maior dificuldade de participação,  
107 de modo a garantir maior abrangência e equidade nos próximos ciclos de seleção  
108 do FNHIS. O **Sr. Marco Pessoz** sugeriu que, para futuros processos de seleção,  
109 houvesse maior engajamento junto as associações de municípios, de modo  
110 estratégico para mobilização, orientação e disseminação de informações. Em  
111 virtude de estarem em contato direto com os entes locais e conhecerem suas  
112 características e limitações. A manifestação também destacou que o ciclo atual  
113 foi impactado por fatores como a recente troca de gestões municipais. Destacou  
114 que apesar das dificuldades apresentadas, avaliou positivamente a retomada da  
115 iniciativa, com bons números gerais de participação. Reforçou que os  
116 aprendizados extraídos desta edição devem orientar os ajustes necessários,  
117 fortalecendo o processo para os próximos ciclos e ampliando a efetividade do  
118 programa. Após as manifestações, a **Sra. Mirna Quindere** seguiu com a  
119 apresentação. Durante a apresentação, o **Sr. Marco Pessoz** questionou quantas  
120 das unidades já teriam sido entregues. Em Resposta a **Sra. Mirna Quindere**  
121 informou que todas estão contratadas em cláusula suspensiva e que os  
122 municípios ainda se encontram na fase de aprovação de projeto e publicação de  
123 edital de licitação. O **Sr. Marco Pessoz** apresentou uma observação com foco na



**MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID**  
**CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – CGFNHIS**  
**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CGFNHIS REALIZADA EM 15/05/2025**

124 morosidade dos trâmites burocráticos enfrentados pelos municípios na  
125 aprovação e implementação de projetos, mesmo em contextos em que os  
126 recursos já estão disponíveis e a iniciativa já foi formalmente retomada. Destacou  
127 o contraste entre o tempo exigido pelo setor público para viabilizar essas ações  
128 que pode se estender por anos e os prazos significativamente mais curtos  
129 praticados no setor privado para aprovação e execução de projetos similares.  
130 Reforçou a necessidade urgente de aprimoramento dos processos internos e da  
131 capacitação das administrações municipais, com especial atenção à formação  
132 técnica dos gestores e equipes locais. Destacou que a lentidão compromete a  
133 efetividade do programa, especialmente porque os beneficiários finais não podem  
134 esperar indefinidamente por soluções habitacionais em contextos de alta  
135 vulnerabilidade. Foi enfatizado que, embora o programa tenha apresentado  
136 números positivos e avanços importantes, a ausência de resultados concretos na  
137 ponta, como a entrega efetiva de unidades habitacionais, acende um alerta sobre  
138 a eficiência da execução. Encerrou com o apelo para que os aprendizados desta  
139 etapa sirvam como ponto de partida para reformulações que tornem o processo  
140 mais célere, transparente e efetivo, de modo a garantir que os recursos públicos  
141 cheguem, com agilidade, a quem realmente precisa. Em complemento, a **Sra.**  
142 **Bartíria** destacou a preocupação com a demora na execução dos projetos  
143 habitacionais e os efeitos disso sobre as famílias beneficiárias, que acabam  
144 perdendo a confiança nas políticas públicas. Ressaltou que o papel do conselho  
145 deve ir além da recepção de relatórios, atuando de forma mais ativa na  
146 articulação com os municípios. Sugeriu a realização de reuniões com os entes  
147 que ainda não avançaram nas contratações, para compreender os entraves e  
148 apoiar soluções. A manifestação reforçou que o conselho deve acompanhar de  
149 perto a implementação das ações, de modo a evitar que propostas permaneçam  
150 inalteradas por ciclos sucessivos, sem resultados concretos. O **Sr. Paulo André**  
151 destacou, também em observação a fala do **Sr. Marco Pessoz**, que é necessário  
152 identificar os gargalos e enfrentá-los com vontade política e articulação prática,  
153 por meio de uma força-tarefa envolvendo os atores responsáveis. A manifestação  
154 reforçou que o conselho não deve assumir uma posição apenas observadora, mas  
155 sim atuar de forma ativa, contribuindo diretamente para destravar processos e  
156 garantir avanços concretos. Em resposta, a **Sr. Mirna Quindere** ressaltou que o  
157 modelo de repasse direto aos municípios, de fato, apresenta maior lentidão em  
158 comparação a outros fundos, dando o exemplo do modelo do Fundo de  
159 Arrendamento Residencial (FAR). No entanto, ressaltou que o modelo de repasse  
160 possui um alcance mais amplo e potencializa a mobilização e capacitação das  
161 administrações municipais. Foi lembrado que, em experiências anteriores, como  
162 no Programa de Urbanização de Favelas, a continuidade das ações contribuiu  
163 para que os municípios evoluíssem na estruturação de suas políticas  
164 habitacionais e de infraestrutura. No entanto, interrupções recorrentes e a



MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – CGFNHIS

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CGFNHIS REALIZADA EM 15/05/2025

165 ausência de recursos fragilizam esse processo, levando à desestruturação das  
166 equipes locais. Destacou que, sem previsibilidade e continuidade dos programas,  
167 os municípios perdem capacidade de atuação. Assim, reforçou a importância de  
168 manter políticas públicas permanentes e com financiamento assegurado, de  
169 forma a garantir avanços consistentes e sustentáveis no setor habitacional. O **Sr.**  
170 **Marco Passoz** destacou que, apesar da disponibilidade de recursos federais,  
171 muitos municípios não conseguem acessar os programas habitacionais por falta  
172 de projetos qualificados. Sugeriu que, para enfrentar essa situação, é necessário a  
173 criação de mecanismos de apoio e articulação, como o envolvimento dos estados  
174 ou das associações de municípios, além do fortalecimento de parcerias com  
175 prefeituras mais estruturadas, que possam colaborar com os municípios  
176 menores. Em seguimento às inscrições de fala, a **Sra. Karla França** questionou se  
177 os kits entregues pela Caixa Econômica Federal, citados durante a apresentação  
178 realizada anteriormente, teriam sido entregues a todos os Municípios. Em  
179 resposta, a **Sra. Débora Corrêa** informou que a caixa possui 72 (setenta e duas)  
180 filiais distribuídas pelo País e que estão empenhadas em realizarem oficinas com  
181 os municípios para a disponibilização dos kits. Seguindo a ordem de inscrição, a  
182 **Sra. Evaniza** destacou que um dos principais desafios dessa ação é garantir um  
183 acompanhamento efetivo da execução das obras, especialmente por se tratar de  
184 contratos com pequenos municípios, muitas vezes distantes e com custo elevado  
185 de supervisão em relação ao valor financiado. Alertou para o risco de repetir  
186 problemas de programas anteriores, como contratos que ficaram anos sem  
187 conclusão ou obras de baixa qualidade, citando como exemplo o programa Sub-  
188 50. Além disso, reforçou a importância de apoiar os municípios na contratação de  
189 empresas qualificadas, tanto para a execução das obras quanto para o trabalho  
190 social, considerando as limitações técnicas das prefeituras. Por fim, enfatizou  
191 que, após a fase de contratação e superação das causas suspensivas, será  
192 fundamental estruturar um acompanhamento adequado para garantir a qualidade  
193 e a dignidade das moradias entregues. A **Sra. Maiza**, representante do estado do  
194 Amazonas, destacou os desafios enfrentados pelos municípios da região,  
195 especialmente a grande distância geográfica, a ausência de documentação  
196 fundiária (como matrícula dos terrenos) e a defasagem dos critérios de cálculo de  
197 recursos. Relatou que, diante das dificuldades técnicas e operacionais dos  
198 municípios, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do  
199 Amazonas tem atuado de forma ativa no apoio, elaborando estudos, projetos e até  
200 editais para auxiliar as prefeituras. Ressaltou ainda que, em muitos casos,  
201 empresas contratadas localmente pelos municípios não têm conhecimento  
202 adequado das normas, o que compromete a qualidade das propostas. Foi  
203 solicitado apoio para enfrentar essas limitações, com destaque para a  
204 importância de adaptações regionais nos critérios e mais suporte técnico e  
205 financeiro às administrações locais. Encerrada as inscrições de fala, o **Sr. Paulo**



MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – CGFNHIS

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CGFNHIS REALIZADA EM 15/05/2025

206 **Guedes** iniciou a apresentação do balanço Orçamentário da Secretaria Nacional  
207 de Periferias. Após a apresentação, a **Sra. Evaniza** destacou a importância das  
208 ações de melhoria habitacional e urbanização em áreas com menor  
209 complexidade, mas que ainda demandam intervenções significativas. Sugeriu que  
210 essas ações sejam contempladas em novas seleções ainda nesta gestão, com  
211 participação ativa do conselho na formulação do programa. Reforçou também a  
212 proposta de permitir a atuação de entidades sem fins lucrativos como  
213 proponentes, inclusive com base em experiências anteriores bem-sucedidas em  
214 regularização fundiária. O **Sr. Paulo Guedes**, em complemento a fala anterior,  
215 esclareceu que, embora a SNP não possua assento formal no Conselho Gestor do  
216 FNHIS, mantém o canal aberto para receber proposições do colegiado,  
217 especialmente no processo de reformulação da ação de melhoria habitacional.  
218 Encerrado as inscrições de fala, a **Sra. Mirna Quindere** iniciou a apresentação do  
219 ITEM 2.3 Homologação da Resolução nº 61, de 7 de novembro de 2024. Após a  
220 apresentação, o **Sr. Augusto Rabelo**, agradeceu a paciência e a compreensão de  
221 todos os conselheiros presentes e justificou sua ausência inicial na reunião.  
222 Informou que, em razão da crise humanitária, social e habitacional ocorrida na  
223 Favela do Moinho, em São Paulo, foi necessária sua atuação conjunta com o  
224 Ministro de Estado das Cidades, **Sr. Jader Barbalho**, e com representantes do  
225 Governo do Estado de São Paulo, a fim de contribuir para a articulação e  
226 encaminhamento das medidas emergenciais. Após o esclarecimento, o **Sr.**  
227 **Augusto Alves Rabelo** submeteu ao regime de votação o ITEM 2.3 Homologação  
228 da Resolução nº 61, de 7 de novembro de 2024. O ITEM foi aprovado por maioria  
229 absoluta. Em seguimento, o **Sr. Augusto Alves Rabelo** submeteu ao regime de  
230 votação o ITEM 2.1 Ata da 32ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do FNHIS,  
231 realizada em 15 de agosto de 2024 e ITEM 2.2 Ata da Reunião Extraordinária do  
232 Conselho Gestor do FNHIS, realizada em 05 de setembro de 2025. Ambos os  
233 ITENS foram aprovados por maioria absoluta. Por fim, de modo a exaurir os  
234 assuntos pendentes de liberação, o **Sr. Augusto Alves Rabelo** submeteu ao  
235 regime de votação o ITEM 2.4 Aprovação do Calendário de Reuniões 2025. O ITEM  
236 foi aprovado por maioria absoluta. A **Sra. Fernanda Ludimila** informou que as  
237 apresentações realizadas na reunião serão disponibilizadas por e-mail aos  
238 conselheiros do Conselho Gestor do FNHIS. A **Sra. Bartiria** destacou duas  
239 questões centrais apresentadas anteriormente pela **Sr. Evaniza**. A primeira refere-  
240 se à importância do Conselho enquanto instância deliberativa e de  
241 acompanhamento das políticas públicas, ressaltando que sua atuação deve ir  
242 além da apreciação de relatórios, promovendo debates mais aprofundados sobre  
243 as ações em curso. A segunda trata da necessidade de maior engajamento do  
244 Conselho nos processos de contratação junto aos municípios, considerando as  
245 dificuldades enfrentadas, especialmente por municípios de pequeno porte, com  
246 limitada capacidade técnica e institucional. Nesse sentido, sugeriu a realização



**MINISTÉRIO DAS CIDADES - MCID**  
**CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL – CGFNHIS**  
**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CGFNHIS REALIZADA EM 15/05/2025**

247 de reuniões específicas com os entes que apresentem maiores dificuldades na  
248 execução, com o intuito de identificar os gargalos e contribuir para a efetividade  
249 das ações. Em resposta, o **Sr. Augusto Alves Rabelo**, destacou que, com a  
250 recente aprovação do orçamento, as ações do programa FINHIS começam a  
251 avançar, permitindo o início efetivo das contratações, as quais estão sendo  
252 conduzidas com celeridade pela Caixa Econômica Federal. Considerando esse  
253 novo contexto, foi sugerido e acatado o encaminhamento de que, na próxima  
254 reunião do Conselho Gestor, seja apresentado um panorama detalhado do  
255 andamento das contratações e das ações em curso, incluindo uma avaliação  
256 crítica conjunta entre a Secretaria Nacional de Habitação e a Caixa Econômica  
257 Federal, com o objetivo de compartilhar os avanços e identificar eventuais  
258 desafios. Mencionou, também, que a pauta do FNHIS caminha para um cenário  
259 mais positivo, com destaque para o início da execução do kit de assistência  
260 técnica, medida vista como essencial para o apoio aos municípios, sobretudo os  
261 de menor porte e estrutura técnica. Enfatizou ainda o compromisso institucional  
262 em consolidar o FNHIS como uma política pública efetiva e reconhecida,  
263 reforçando a determinação das equipes envolvidas em alcançar os resultados  
264 propostos e tornar o programa uma referência nacional. A **Sra. Debora Corrêa**  
265 informou que será disponibilizada a apresentação dos Kits fornecidos aos  
266 municípios pela Caixa Econômica Federal para a Secretaria-Executiva do  
267 Conselho Gestor do FNHIS, que ficará encarregada de realizar a divulgação para  
268 os Conselheiros. A **Sra. Flávia Cavalcanti** destacou que, diante da fala da **Sra.**  
269 **Maiza Guedes**, torna-se evidente que os valores praticados com base em custos  
270 de São Paulo não atendem adequadamente às especificidades de outras regiões.  
271 Propôs, portanto, que os kits tenham seus orçamentos regionalizados, de forma a  
272 garantir maior compatibilidade com os custos reais das intervenções em cada  
273 localidade. Em resposta, a **Sra. Débora Corrêa** esclareceu que o limite  
274 orçamentário dos kits é padronizado para todos os estados, sendo de R\$ 130 mil  
275 na seleção anterior e de R\$ 40 mil para o FNHIS. Informou que o orçamento foi  
276 elaborado com base nos custos do estado de São Paulo, mas que é possível  
277 realizar ajustes regionais utilizando o sistema Sistema Nacional de Pesquisa de  
278 Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), processo considerado ágil, desde  
279 que os itens estejam devidamente codificados. O **Vice-Presidente, Sr. Augusto**  
280 **Alves Rabelo** agradeceu a compreensão de todos os presentes na reunião e, sem  
281 mais itens a serem discutidos, declarou encerrada a 33º Reunião Ordinária do  
282 Conselho Gestor do FNHIS.

283 Brasília/DF, 15 de maio de 2025